

AMUNDO

Jornal Giramundo . nº 17 . Ano 05 - Dezembro de 2005

Ano cheio de histórias Retrospectiva 2005



Conheça as ações que estão fazendo do sertão um lugar melhor de se viver. Pg 4 e 5

Confira experiências juvenis que vêm dando certo na região. Pg 8

Baú de Leitura está entre as 10 melhores práticas do País. Pg 6

EDITORIAL

Estamos na reta final do ano de 2005. Um ano cheio de conquistas, mas também de muitos desafios. No *Giramundo* de nº 17, última edição do ano, estamos trazendo para você uma série de informações sobre as ações realizadas pelos movimentos sociais, poderes públicos, MOC e seus parceiros, voltadas para a melhoria da qualidade de vidas de milhões de pessoas que vivem no semi-árido baiano, sobretudo nas Regiões do Sisal e Vale do Jacuípe.

Falaremos um pouco de tudo: educação, organização das mulheres, gênero, comunicação, saúde, água, agricultura familiar, juventude, ações de desenvolvimento territorial, crianças e adolescentes, enfim, ações que estão fazendo do sertão um lugar mais justo para se viver.

Não podemos esquecer também de demonstrar quais ações ainda precisam ser implementadas nos próximos anos. A proposta é levar até você os resultados obtidos em 2005 e quais outras ações precisam ser implementadas para que sejam garantidas a implementação, execução e controle de políticas públicas de qualidade, que busquem garantir os direitos e deveres de todos os cidadãos.

Agora vamos ao que interessa: a leitura!

Para todos um próspero ano novo repleto de realizações e de justiça!

Coluna do Bodin



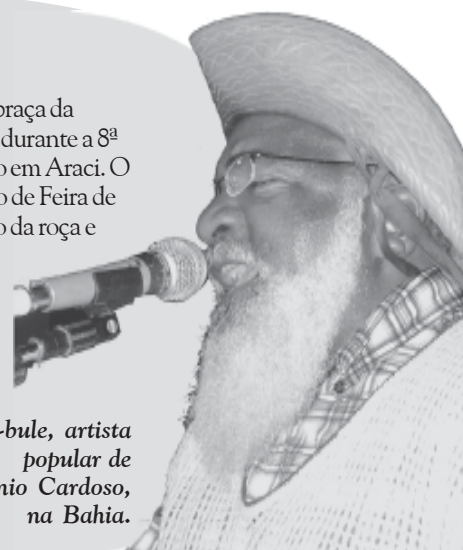
Araci promove encontro de artistas populares

Cerca de duas mil pessoas aplaudiram, cantaram e sambaram na praça da Conceição ao som de chulas, batuques, sambas de roda e reisado, durante a 8ª Festa da Quixabeira, que aconteceu nos dias 26 e 27 de novembro em Araci. O evento, que desta vez reuniu 22 grupos de 17 municípios da região de Feira de Santana e Sisal, "é o momento em que a cultura sai do isolamento da roça e procura mostrar as variedades de ritmos e melodias", segundo Amado Góes (Araci). De acordo com Florice Maria, do grupo Dois Coqueiros do município de Tanquinho, a festa superou todas as expectativas. O Movimento da Quixabeira começou em 1989, quando estava sendo desenvolvido um trabalho intitulado "Educação e Expressão - a linguagem musical". Esse trabalho resultou na gravação de um disco com músicas de autoria dos próprios trabalhadores de quatro municípios (Feira de Santana, Serrinha, Valente e Araci). A beleza do trabalho deu aos agricultores familiares a percepção da força de sua cultura.

Região Sisaleira presente na I Feira do Fórum Baiano de Economia Solidária

Entre os dias 1 e 4 de dezembro de 2005, em Salvador, aconteceu a I Feira do Fórum Baiano de Economia Solidária. O evento teve como objetivo promover a articulação, a troca de experiências e a divulgação dos produtos e empreendimentos da Economia Solidária do Estado da Bahia. Cerca de 150 empreendimentos urbanos, rurais e de agricultura familiar participaram da feira, através da exposição dos produtos distribuídos em stands divididos por região e

por tipo de produto (alimentação, artesanato, reciclagem, agricultura familiar, têxtil, etc). A Região Sisaleira esteve representada por meio dos stands do MOC, que expôs suas experiências, e da Arco Sertão, com seus empreendimentos afiliados. Durante o evento foi realizada também a IV Plenária do Fórum Baiano de Economia Solidária, com a eleição da nova coordenação executiva, das representações para as instâncias nacionais do movimento e a construção de uma agenda mínima de ações para o período 2005/2006.



Bule-bule, artista popular de Antonio Cardoso, na Bahia.

Cultura em destaque

Chula, batuque, samba de roda, reisado, apresentações teatrais... Tudo isso foi destaque no sétimo encontro cultural que aconteceu dia 3 de dezembro no município de Retirolândia. O evento foi realizado pelo Movimento de Arte e Cultura (MACRE), com apoio dos movimentos sociais, vereadores e comércio local. "Estamos vencendo todos os desafios para promover esse evento, porque entendemos que a cultura local e regional precisa ser cada vez mais valorizada e isso tem superado a nossa expectativa", afirma Liedna Carneiro, presidente do MACRE. Segundo Liedna, a participação da população e o reconhecimento dos trabalhos desenvolvidos são de extrema importância, tendo em vista que o objetivo do movimento é resgatar e valorizar a cultura popular sertaneja.

ESPAÇO DO LEITOR

Como você sabe, este espaço é sempre dedicado ao leitor do *Giramundo*. E desta vez a equipe do *Gira* recebeu um artigo muito bacana sobre o Samba na Região do Sisal, demonstrando a importância que a cultura tem nos meios de comunicação. Continue escrevendo para gente, caro leitor.



O Samba

O Samba é um ritmo musical que contagia a muita gente nos quatro cantos do Brasil, seja gaúcho, mineiro, carioca, paulista ou baiano. Basta ouvir o som de um pandeiro, um cavaquinho, uma zabumba e um violão, para o corpo já começar logo a querer se balançar.

Este ritmo gostoso e atraente existe no Brasil há muitos anos e vem sendo passado de geração para geração. No dia 2 de dezembro foi comemorado o Dia Nacional do Samba. Foi também o dia em que o ritmo passou a ser reconhecido como um patrimônio brasileiro, pois, segundo especialistas, o samba do Brasil é diferencial para o resto do mundo.

No Território Sisaleiro, o samba se apresenta de diferentes formas, desde o samba de roda, o reisado, até o samba de terreiro. Este ritmo é

destaque na região como uma das mais fortes manifestações culturais e de representatividade de um povo sofrido mas criativo e feliz, que não se deixa abater pelas dificuldades do dia-a-dia. Para este povo, ser sambador ou sambadora é motivo de orgulho.

Este tipo de cultura é muito forte na região. Centenas de grupos de sambadores e sambadoras fazem deste ritmo uma forma legítima de expressar o que sentem e o que pensam, respeitando as diferenças e costumes de cada um, mas buscando sempre expressar sua cultura.

O mês de setembro caracteriza-se como o período de maior influência do samba, pois é o mês em que muitas pessoas que são devotas de São Cosme e São Damião fazem carurus e promovem rodas de samba em oferecimento e louvor aos santos.

Para Júlio Aureliano, conhecido como Julinho Traquete, do município de Santa Luz, "o samba é uma tradição". Júlio é sambador há trinta e cinco anos. Começou a sambar através de um amigo chamado Antonio Corderino, que era mestre de samba. "Eu, por gostar do samba, passei a ser discípulo dele e aprendi com ele a sambar e a dançar o reisado", afirma. Atualmente, Júlio Aureliano é coordenador de um grupo de doze sambadores no município e diz que enquanto estiver vivo não deixará de ser sambador. "Só deixarei de ser sambador quando a morte me levar. É muito importante estar sempre divulgando essa prática cultural para que os jovens possam dar continuidade a essa manifestação que é tão rica na nossa região", afirma.

Por Robson Santos

Escreva para o Jornal Giramundo, R. Pontal 61 Cruzeiro, CEP: 44.017-170, Feira de Santana-Ba, tel/fax.: (75) 3221.1393 giramundo@moc.org.br

GIRAMUNDO

Realização: Movimento de Organização Comunitária

Coordenação: Programa de Comunicação do MOC

Edição e revisão: Marcondes Araújo (DRT - 206 .L2)

Reportagens: Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura e Programa de Comunicação do MOC

Fotos: Programa de Comunicação do MOC

Diagramação e Design: Karime Salomão

Apoio: UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância, Instituto Simões

Filho / A Tarde e Ministério da Cultura
Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura: Camila Oliveira, Deise Moraes, Edisvânio Nascimento, Ilana Oliveira, João Netto, Laila Silva, Luiz Paulo, Monalisa Lopes, Nayla Silvestre, Rejane Medrado, Renildo Carvalho, Robson Santos, Rose Rios, Tiana Cruz, Valmir Barreto.

Programa de Comunicação do MOC: Cristiane Melo, Klaus Minihuber, Lorena Amorim, Nayara Silva e Paulo Marcos Santos.

Fale Conosco: MOC - Movimento de Organização Comunitária

Rua Pontal 61, Cruzeiro CEP: 44.017-170 Feira de Santana/Ba, tel: (75) 3221.1393 fax: (75) 3221.1604 e-mail: giramundo@moc.org.br site: www.moc.org.br

2006: Ano de expectativa e mudanças

Para os envolvidos com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), 2006 será um ano de expectativa sobre algumas linhas de atuação do programa. Neste aspecto, quem almeja ver mudanças sérias acontecerem, não vai poder ficar de braços cruzados, nem tampouco assistir o percurso de camarote. Em 2005, mesmo confrontando com situações complicadas que andaram rondando o seu eixo pedagógico de articulação, gestão e



execução, o PETI demonstrou ser um programa eficaz e que tem plenas condições de continuar dando resultados.

Atraso de recursos por parte de algumas prefeituras e do governo estadual e federal, evasão de crianças nas jornadas ampliadas, falta de articulação e atuação dos Grupos

Gestores, fizeram parte do cenário do PETI durante o ano de 2005. Para Naidison Baptista, secretário-executivo do MOC, o PETI é investimento social: "Investir no PETI é acreditar nas crianças e valorizar seu potencial. O poder público e toda sociedade devem atentar para isso", acrescenta.

Uma das mudanças que certamente acontecerão em 2006 será a inserção do sistema de repasse das verbas do PETI no Programa Bolsa Família. Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), essa mudança é estrutural. Está acontecendo pelo fato do PETI ser um programa federal. Nesse caso, só mudará a forma pela qual as famílias acessam o benefício. Cada família irá ganhar um cartão que lhe dará condições de sacar seu benefício direto na caixa. Porém, as famílias precisam se encaixar nos critérios estabelecidos pelo Bolsa Família. As jornadas ampliadas continuarão recebendo os mesmos valores: R\$ 40,00 para a área urbana e R\$ 25,00 para a zona rural, observando-se as ações sócio-educativas desenvolvidas fora do horário escolar.

Um fator que ainda preocupa os atores do PETI é fato de o Projeto Agente de Família (PAF) estar se concluindo. O PAF foi institucionalizado pela Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e pelo



MOC, com apoio do UNICEF, em parcerias com os sindicatos dos trabalhadores rurais do semi-árido baiano, com o propósito de dar suporte às famílias beneficiadas pelo programa. A assinatura do Projeto Agente de Família (PAF) pelo UNICEF tem prazo definido para o fim de 2005, e possui remotas possibilidades de ser renovada.

Avanços: Para Eliana Carneiro, técnica da equipe de Criança e Adolescente do MOC, não só fatos negativos trilharam a vida do PETI este ano. Ela destaca como positivo, por exemplo, as dez reuniões regionais (as regionais do PETI) que tiveram a finalidade

de discutir, avaliar e projetar o andamento do programa. Outro aspecto considerado positivo em sua avaliação foi a inclusão de 14 novos municípios na estrutura do programa.

"O PETI hoje está presente em 133 municípios, só na Bahia. São 128.818 crianças e adolescentes sendo beneficiados. Eu acredito ser esse um fator amplamente positivo", argumenta. O PETI se destaca em mais de 211 municípios brasileiros e atende 568.608 crianças e adolescentes. As informações são do levantamento feito até abril de 2005 pelo MDS, divulgado em 9 de junho de 2005.

Por Renildo Carvalho

Municípios na mira do Pacto

O Pacto Nacional Um Mundo Melhor para a Criança e o Adolescente do Semi-Árido nasceu a partir de uma iniciativa do Fundo das Nações Unidas Pela Infância (UNICEF). O seu principal objetivo é melhorar a qualidade de vida dos meninos e meninas da região semi-árida do Brasil. O foco de atuação do Pacto está ligado aos nove estados do Nordeste mais Espírito Santo e Minas Gerais, regiões com índices relacionados à situação das crianças e adolescentes muito defasados.

Estão inseridas nesse processo diversas organizações da sociedade civil, veículos de comunicação e poderes públicos, todos com um papel a desenvolver para que os objetivos do Pacto venham a ser conquistados. Os municípios inscritos no Pacto têm dois articuladores municipais, sendo um representante da sociedade civil e um do poder público.

Em 15 municípios das regiões do Sisal e Bacía do Jacuípe, o MOC está desenvolvendo uma pesquisa

com o objetivo de fazer um levantamento mais detalhado sobre os dados reais de cada comunidade. Alguns passos já foram dados. Atualmente está sendo aplicada por membros da própria comunidade um questionário para saber quais são as



potencialidades e dificuldades encontradas em cada comunidade em diversos aspectos, como por exemplo nas áreas da saúde, educação, cultura e do saneamento básico. "Acredito que essa pesquisa trará elementos suficientes para que possamos conhecer a realidade do nosso município", afirma

Vadicleia Ramos, articuladora municipal da sociedade civil do município de Candeal.

Até o final de dezembro, todos os questionários serão aplicados em cerca de 15 mil famílias em 300 comunidades dos 15 municípios acompanhados

pelo MOC em parceria com os movimentos sociais da Região do Sisal e Vale do Jacuípe.

"Ao término desses questionários, teremos em mãos uma análise concreta da realidade de cada município, o que nos possibilitará a discussão e a busca de políticas públicas para o nosso município", afirma Terezinha Oliveira, articuladora da sociedade civil do município de Retirolândia.

Após a sistematização dos dados, a comissão formada pela sociedade civil em cada município fará a devolução dos dados para as comunidades em que foi realizado o diagnóstico com o objetivo de levar ao conhecimento de todos a sua realidade local e buscar, juntamente com o poder público local, melhorias na condição de vida das crianças e adolescentes do Semi-árido baiano.

Por Robson Santos



Barragem Subterrânea

Tesouro escondido em Retirolândia

Agricultor produz durante o ano todo, mesmo na seca

A quatro quilômetros da sede do município de Retirolândia, na Região do Sisal, há “um tesouro escondido” desde abril de 2002. O tesouro de quem mora no sertão é a água da chuva que pode ser retida e preservada para os longos períodos de seca que caracterizam a região. Completando três anos de experiência com uma barragem subterrânea, Manoel Ferreira de Santana, de 60 anos, é conhecido na comunidade rural de Baixa do Couro como Messias e respeitado por ser um dos poucos produtores que não precisam de cesta básica e da “frente produtiva” para sobreviver. Mesmo na seca, Messias consegue garantir o sustento para ele, a mulher dona Helena Ferreira e os filhos. Em pouco mais de uma tarefa de terra, ele produz feijão, mandioca, milho, banana, tempero verde, quiabo, maxixe, mamão, melancia, acerola, sirigüela e abóbora. Já plantou também mangueira, cajueiro e goiabeira - árvores que ainda vão demorar alguns anos para frutificar.

O segredo do sucesso é a barragem subterrânea, uma tecnologia desenvolvida pelo Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (Patac), uma entidade paraibana. Para construir basta encontrar um solo com relevo adequado, cavar um buraco até a rocha com largura de 60 centímetros e 30 metros ou mais de comprimento, impermeabilizar as paredes com argila compactada ou lona plástica e tampar com terra. Depois que chove, a água é represada no subsolo deixando a terra úmida até a superfície. A barragem de Manoel Ferreira custou R\$ 1.080 e foi financiada pelo MOC com o apoio da Catholic Relief Service (CRS). Hoje o custo da construção

está em aproximadamente R\$ 2.000.

Para Manoel Ferreira, a barragem foi um investimento que mudou a vida da família. “É boa demais. A gente nem esperava isso. Deu muito certo”, conta o agricultor. Antes da barragem, na propriedade onde criou seus 14 filhos, só tinha capim para o gado. Hoje tem produtos para o consumo e até para comercializar na feira livre de Retirolândia quando há excedentes. “O quiabo, por exemplo, nunca faltou, mesmo quando está bem seco como agora”, explica Ferreira. Hoje, na propriedade dele há um pequeno banco de sementes dos produtos que são cultivados.

Um dos filhos de Messias já desenvolveu um outro sistema de irrigação com gotejamento, dentro do espaço da barragem, onde planta coentro para comercialização. Muitas pessoas, inclusive de outros países, já visitaram a barragem subterrânea e comprovaram os bons resultados alcançados. Na região do sisal, o MOC também apoiou a implementação de outras quatro barragens: uma em Serrinha, outra em Santa Luz e duas em Barrocas.

Manoel Ferreira mostra o nível de água da barragem subterrânea.



Ações que tornam o Sertão mais justo

O ano de 2005 foi de muitas vitórias e apontou para mudanças. Os diversos segmentos sociais que lutam em prol de uma região mais igual e de desenvolvimento sustentável para agricultores e agricultoras familiares e todas as pessoas têm muitos motivos para avaliar positivamente as ações desenvolvidas em 2005. O MOC, em parceria com a Sociedade Civil organizada e, em muitos espaços, com o poder público, empresas e outros parceiros, mostrou que viver no semi-árido baiano é possível. “O MOC sozinho não tem resultados, eles são construídos pelos parceiros que juntamente com o MOC trabalham na região”, destaca Naidison Baptista, secretário-executivo do MOC.

O crescimento na educação do campo foi um dos destaques de 2005 para o MOC e região, principalmente devido à atuação do CODES e de alguns municípios que, em parceria com os movimentos sociais, estão buscando melhorar a qualificação de professores para atuarem de forma dinâmica e construtiva modificando a realidade das crianças do campo, uma educação que respeita a vida e

constrói conhecimentos para a mudança da realidade em que se vive.

A juventude, durante este ano, atuou de forma qualificada e eficiente. Ela própria está se organizando para construir seus projetos de vida e gerá-los de maneira sustentável. Os jovens rurais estão presentes em diversos segmentos, como o Projeto Ater Jovem, PROSPERAR, Lideranças Femininas, Agência Mandacaru e Coletivo de Jovens regionais/municipais. Nesses espaços os jovens atuam se inserindo como sujeitos de sua história, empreendedores, construtores do desenvolvimento.

No contexto da convivência com o semi-árido está também a Barragem Subterrânea que, dentro das metodologias



Naidison Baptista, secretário-executivo do MOC

do MOC, sensibiliza as pessoas a não depredarem o meio ambiente, a caatinga, fazer plantios resistentes e adequados ao clima da região, bem como produzir para o consumo humano. Ampliar essas barragens, dentro de um amplo projeto de convivência com o semi-árido, é um projeto do MOC em parceria com a Articulação no Semi-árido (ASA).

José Hamilton, vice-coordenador da Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região Sisaleira (FATRES), acredita que a parceria entre esta entidade e o MOC viabilizou e abriu portas para o desenvolvimento e fortalecimento das cadeias produtivas da região do sisal. “Nós almejamos para 2006 que as parcerias entre as instituições regionais, estaduais e nacionais possam proporcionar melhores trabalhos na área

da Agricultura Familiar e fortalecimento da política de território, viabilizando assim a vida dos agricultores familiares assentados nessa região”, destaca José Hamilton.

Baú de Leitura premiado, ampliação da Educação do Campo, novos assentamentos, plano do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável (CODES) em execução, as coisas realmente foram de vento em popa na região do sisal em 2005. Para o secretário-executivo do MOC, o ano de 2005 foi de reavaliação. “No sentido de que estamos fazendo nosso plano estratégico para por em prática, estamos redefinindo o nosso papel na região, reafirmando as coisas boas que já fazemos e queremos melhorar, junto com os movimentos sociais e as pessoas do semi-árido” finalizou, esperançoso, Naidison Baptista.

Por Deise Moraes e João Paulo Cerqueira

Crédito Fundiário

Terra: Libertação para o trabalhador rural

A luta pela reforma agrária no Brasil já existe há muitos anos, contudo ela se tornou mais incisiva há 50 anos, com passos significativos. Entendendo que a reforma agrária apenas via desapropriação de terra não dá conta para assentar a todos que necessitam. Alguns movimentos sociais e a sociedade civil organizada vêm cobrando das diversas esferas dos governos federal, estadual e municipal, medidas que possam dar alguma resposta a esse problema. Diante dessa situação, durante o terceiro congresso nacional promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em 1998, os trabalhadores rurais reivindicaram do governo federal a criação de novos programas sociais que atendessem a essa demanda.

Atendendo a essas reivindicações, foram criados novos programas governamentais, entre eles O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), desenvolvido pela Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA), que tem como objetivo diminuir a pobreza no campo e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores rurais por meio da concessão de linhas de crédito para a compra de imóvel e investimentos em infraestrutura básica (construção de casas, estradas, instalação de energia elétrica e rede de abastecimento de água), produtiva, (assistência técnica, infra-estrutura produtiva, investimentos iniciais na produção) e projetos comunitários.

Nos 20 municípios do Território do Sisal, quase 100 mil pessoas da população total de 600 mil não dispõem de terra para trabalhar e produzir, segundo o Censo Agropecuário. É uma região de economia eminentemente rural e a terra é um

elemento fundamental para a sobrevivência de boa parte da população do território. Na Região Sisaleira, o MOC assumiu a tarefa de articular os movimentos sindicais, associativos e sociais, em parceria com a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) do Governo Estadual e o Ministério de Desenvolvimento Agrário no final do ano passado, para desenvolver um processo de capacitação de dezenas de grupos, organizados em 15 municípios.

Atualmente, o MOC acompanha 38 grupos distribuídos na Região do Sisal, Feira de Santana, Alagoinhas e Jacobina, sendo que desses grupos apenas dois já estão assentados, nos municípios de Ourorândia e Biritinga. Porém, mais dez grupos estão com terras aprovadas pelo governo e em processo de negociação com os proprietários. “Acredito que dentro de poucos dias teremos esses dez grupos assentados”, afirma Ildes Ferreira, coordenador de Crédito Fundiário no MOC. Ildes diz ainda que esse

que facilita e contribui para o trabalho dos agricultores familiares. “É uma mudança radical na vida das pessoas, pois os assentados trabalhavam a vida inteira como peão e de repente trabalham em suas propriedades. Isso muda tudo na vida deles”, ressalta.

Jovens têm acesso à terra

Uma linha específica do Crédito Fundiário é o Nossa Primeira Terra, destinado a jovens rurais, filhos de agricultores, estudantes de escolas agrotécnicas ou de formação por alternância, com idade entre 18 e 28 anos, organizados em associações ou outras formas associativas e que queiram viabilizar o próprio projeto de vida no meio rural. O programa financia a compra de áreas rurais para jovens que estejam organizados em associações. No município de Tucano, 13 jovens se organizaram e conseguiram aprovação do projeto para o acesso à terra. No município de Quijingue, os jovens optaram por trabalhar no assentamento com a produção comunitária, ou seja, trabalham em toda produção e cada



38 grupos já se formaram para acessar a própria terra



A criação de animais de pequeno porte é uma das fontes de sustento das famílias assentadas.

fica mais interessante e renderá bons resultados.

Na cidade de Inhambupe, cerca de 25 jovens se organizaram e acabaram montando uma associação para acessarem a terra. Luis Carlos, 19 anos, faz parte da associação e diz ter muito orgulho de ficar na sua cidade e, sobretudo, na terra. “Nos organizamos e já estamos com o processo de financiamento e compra das terras”, conta. Ele está muito empolgado e diz que não vê a hora de começar a produção: “Temos necessidade de pegar as primeiras chuvas para começarmos a produção. Estamos fazendo de tudo para no próximo mês já estarmos dentro da terra”, afirma, emocionado.

Após a compra da terra, o beneficiado tem direito de acessar automaticamente o crédito do Pronaf A, que permitirá viabilizar a nova propriedade. Além disso, o jovem poderá buscar financiamento para atividades agroindustriais ou não-agrícolas, como é o caso do turismo rural

Por uma Educação de qualidade

Na intenção de que os pequenos agricultores conhecessem, analisassem e transformassem sua realidade, há dez anos o MOC juntamente com a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), deu início ao projeto Conhecer, Analisar e Transformar (CAT). No início, apenas Santa Luz, Santo Estevão, Valente e Retiroândia haviam aderido ao projeto do CAT com experiências de Educação do Campo.

Atualmente, o CAT conta com o apoio da UEFS, das prefeituras municipais e sociedade civil organizada, com o objetivo de construir uma política pública de educação do campo que valorize as culturas do homem do campo, sua realidade e suas experiências, encare as

crianças como produtoras de conhecimento e coloque a escola em um novo lugar: aquele de produzir conhecimentos para a transformação da realidade. O projeto atende hoje onze municípios da Região do Sisal e Vale do Jacuípe, com possibilidade de chegar a mais oito municípios nessas regiões, no próximo ano.

“As escolas regulares têm uma visão de que a pessoa tem que estudar e depois ir trabalhar fora, longe da família. Para nós, o essencial é que as crianças e os próprios agricultores descubram o valor de sua terra e encontrem nela seu meio de sobrevivência, para que não deixem sua família e nem arrisquem um emprego em outros lugares”, ressalta Gildato Ferreira, coordenador do CAT em Retiroândia,

município pioneiro na implementação do projeto. Ele ainda afirma que o CAT tem contribuído para que o cidadão busque seus próprios direitos: “As pessoas estão aprendendo a reivindicar seus direitos e essa luta está sendo proporcionada justamente pela experiência da educação do campo, que valoriza sobretudo o homem do campo e seus saberes”, revela Ferreira.

Para Vera Carneiro, coordenadora do programa de Educação do Campo do MOC, o ano 2005 foi repleto de conquistas. “O plantio de árvores nas

jornadas ampliadas, bem como o prêmio que o Baú de Leitura recebeu da Caixa Econômica Federal, em âmbito nacional, e a inserção dos oito municípios novos no CAT, contribuíram bastante para a construção de políticas públicas de Educação de qualidade para o campo”.

Mesmo com tantas conquistas, há muitos desafios para o ano vindouro. Dar continuidade ao processo de construção de políticas públicas de educação de qualidade é um dos desafios que serão enfrentados pelo Educação do Campo em 2006. Para isso é preciso um envolvimento ainda maior da sociedade civil e do poder público na construção dos planos municipais de educação do campo. No território sisaleiro, o CODES tem proporcionado momentos interessantes de reflexão que ajudam no processo e fortalece essa discussão.

“O Plano de Educação está em pauta para ser construído no Vale do Jacuípe. Cabe agora a sociedade civil divulgar e mobilizar o maior número de pessoas e entidades para a construção de uma educação de qualidade”, afirma Vera Carneiro. Ela diz ainda que



os currículos dos professores precisam melhorar muito para terem uma atuação de qualidade nessa área. “Os professores rurais não têm uma capacitação específica para atuação na escola das comunidades rurais. Muitas vezes, por não conhecerem a realidade, não valorizam os elementos culturais do campo, como a agricultura, o jeito de viver das populações camponesas. Além de tudo isto, alguns municípios não possuem um projeto político-pedagógico para o desenvolvimento rural, integrado com as políticas públicas”, completa Vera Carneiro.

Por Monalisa Lopes e Valmir Barreto



Experiência do MOC está entre as 10 melhores do país

O Projeto Baú de Leitura, desenvolvido pelo MOC desde 1999, está entre os 10 vencedores do prêmio Melhores Práticas em Gestão Local/Edição 2005-2006. O prêmio foi anunciado no mês de novembro pela Caixa Econômica Federal, em Brasília. A cerimônia de premiação teve a participação do consultor especial para Planejamento Estratégico do Habitat (programa da ONU), Nicholas You.

Os vencedores receberão R\$ 25.000,00 para serem aplicados na execução de um trabalho técnico ou na melhoria da prática premiada e serão inscritos no Concurso Internacional de Dubai de 2006, promovido pelo programa Habitat e pelos Emirados Árabes. O prêmio distribui US\$ 300.000 para as dez melhores práticas do mundo, classificadas segundo os critérios estabelecidos pelo programa das Nações Unidas.

Desde 1999, 12 projetos da Caixa inscritos

no certame em Dubai foram selecionados entre os 100 melhores do mundo. Desses, quatro práticas ficaram entre as 40 melhores.

Prêmio Caixa Melhores Práticas para o Baú de Leitura

O processo de escolha dos premiados ocorreu em três etapas: das 176 experiências inscritas foram escolhidas 20 de cada região do país, formando um total de 100 em âmbito nacional. Destas, foram escolhidas 20 finalistas e, entre estes, os 10 vencedores. A Bahia

teve a maior participação entre os vencedores, ficando com quatro finalistas.

Sobre o Baú de Leitura

O Baú de Leitura é uma mala feita de sisal que contém livros de literatura infanto-juvenil e está presente em mais



de 700 jornadas ampliadas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). A leitura dos livros possibilita que professores e crianças desenvolvam a reflexão e o aprofundamento dos temas orientadores (identidade cultural e local, relação com a natureza e o meio ambiente e relações entre família e sociedade). Monitores, professores e alunos fortalecem, através da leitura, a própria identidade, conhecem melhor a história da região e do mundo em que vivem e se expressam posteriormente em textos, poesias, paródias e apresentações teatrais sobre os resultados do processo de leitura. Os baús são itinerantes e divididos por categoria, passando um período numa determinada localidade, depois sendo trocados por outro, com livros diferentes.

Mulheres Organizadas



Bravas sertanejas

A participação das mulheres nos mais amplos espaços políticos e sociais vem exercendo um grande poder de interferência na construção de políticas públicas voltadas especificamente para os grupos de gênero que hoje atuam na Região Sisaleira e Bacia do Jacuípe. Nessa perspectiva, as mulheres têm se organizado, enfrentado o medo e o preconceito e garantido a participação efetiva nos espaços públicos em prol de melhores condições de vida não só para suas famílias, mas visando também o desenvolvimento sustentável de suas comunidades e da região.

Desde o ano de 2004 o Programa de Gênero do MOC em parceria com os movimentos sociais, vem trabalhando com os grupos de mulheres dois eixos centrais. O primeiro está ligado ao fortalecimento político

e institucional das organizações e ao incentivo da transversalidade do gênero junto a outros espaços públicos e do próprio MOC, que acaba se configurando como instrumento estratégico para construção, monitoramento e controle das políticas públicas.

Alvaiza Cerqueira, técnica da equipe de Gênero do MOC, acompanha na base o trabalho das mulheres e diz ter

avanços significativos: “Trabalhar com mulheres ao longo de dezoito anos tem feito com que com elas reconheçam a sua importância e tenham obtido melhores resultados em suas ações”.

A participação das mulheres também se dá no campo da economia. Um resultado concreto dessas ações é a criação da Rede de

Produtoras da Bahia, um exemplo de autonomia e geração de renda sustentável para as mulheres. “Nenhuma conquista nesse momento é tão importante que ver todos os grupos legalizados e as mulheres vivendo da sua própria renda”, destaca Patrícia Nascimento, integrante da Rede de Produtoras e coordenadora do MMTR das regiões de Feira e do Sisal.

A atuação do Programa de Gênero do MOC e dos movimentos sociais da região tem sido de fundamental importância para a organização dos grupos de mulheres, facilitando assim a interferência das mulheres de forma positiva nos espaços de construção de políticas públicas, bem como potencializar o seu papel diante da sociedade.

“Para mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participamos sem medo de ser mulher” (trecho da música composta pelas mulheres).

Por Camila Oliveira

Desenvolvimento Territorial

Quando se soma forças e sonhos tudo é possível!

Quem diria que um dia, numa região tão castigada pelos problemas sociais, econômicos e climáticos, dois instrumentos de mudança sentariam no mesmo espaço de igualdade para discutir propostas e soluções para as regiões do Sisal e Bacia do Jacuípe. Pois é, esta situação inusitada tem dado certo. Há três anos foi formado por lideranças do movimento social e por membros do poder público o Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Território Sisaleiro (CODES), uma das mais importantes iniciativas já pensadas que tenta,

através do diálogo e do entendimento, somar forças para solucionar as maiores dificuldades de uma das populações mais carentes de todo o país.

Dentre as principais conquistas até aqui estão a execução do GTI do Sisal, o pioneirismo na construção do Plano

Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), Plano Safra Territorial (PST) e parcerias com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para o lançamento de alguns projetos como o Agente Comunitário do Sisal, Luz para Todos, ampliação do espaço físico da Escola Família Agrícola no município de Monte Santo, além das Unidades Técnicas Territoriais que contribuem no acesso à terra para os assentamentos do Território.

Desde o período de formação, o Conselho tem sido referência de integração e mobilização. O que comprova isso são as visitas de ministros do governo federal, representantes da sociedade civil e do poder público da região do Baixo Sul, além do UNICEF e de representantes da Guatemala, que quiseram conhecer a experiência para poder aplicar em suas comunidades. É mais uma prova de como a soma de ideais pode dar certo.

Para Valdir Fiamoncini, secretário-executivo do Conselho, “esta experiência significa um passo importante no compromisso com o desenvolvimento territorial, além de ser um canal de

diálogo entre poder público e a sociedade civil para que as políticas sejam bem planejadas e articuladas de tal forma que resignifiquem a construção de novos sonhos”.

O território do sisal já é referência para outros territórios da Bahia, no que diz respeito à construção de planos de desenvolvimento. Até o final deste ano será concluída a primeira versão desse plano para o Território do Sisal. São ações ligadas à Educação, Saúde, Infra-estrutura, Comunicação, Agricultura Familiar e Meio Ambiente que devem ser colocadas em práticas pelo poder público local em parceria com os movimentos sociais, para buscarmos de forma organizadas a implementação, execução e controle de políticas públicas que tragam dias melhor para a região do sisal e demonstre, cada vez mais, que esse é um lugar digno para se viver.

Por João Netto



Comunicação Comunitária se fortalece na região sisaleira

A experiência mais antiga de comunicação de caráter comunitário na região são as rádios comunitárias. Apesar de valorizar o desenvolvimento de sua cidade, as emissoras enfrentam grandes problemas, sobretudo no direito à liberdade de expressão. Para lutar juntamente com estas emissoras por uma comunicação realmente democrática, entra em cena, ou melhor, no ar, a Associação de Rádio e TV Comunitária da Região do Sisal (Abraço-Sisal).

Fundada efetivamente este ano, a Abraço-Sisal reúne dezesseis emissoras. Entre elas a

Valente FM, uma das pioneiras e mais consolidadas da região. Uma campanha realizada pela instituição durante esse ano, intitulada Nossa Rádio é Comunitária, apontou para novos passos na luta para garantir a outorga.

“Com a campanha, percebemos que é preciso ter uma postura mais de ataque em relação aos órgãos que sempre perseguiram as rádios comunitárias”, comenta Cléber Silva, coordenador da



Abraço-Sisal. Como a grande conquista de 2005 de todos as entidades que trabalham por uma comunicação democrática, Cléber aponta a instalação de um curso de Comunicação Social com ênfase em radialismo no Campus XIV da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), em Conceição do Coité, no território sisaleiro.

Outra recém-criada entidade que surge para fortalecer o modelo de comunicação da região sisaleira é a Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura (AMAC). A entidade nasceu da experiência que misturou juventude, comunicação e cidadania, o Projeto Comunicação Juvenil.

Com sede em Retirolândia, a 230 km de Salvador, “a Agência Mandacaru visa contribuir para o desenvolvimento social sustentável a partir da prestação de serviços de comunicação, voltadas para o conhecimento e valorização do semi-árido”, explica João Netto, coordenador.

As ações desenvolvidas por essas entidades contam com o apoio do MOC, UNICEF e os movimentos sociais da região do Sisal e Jacuípe. “Apoiar estas entidades é a principal estratégia para fortalecer a comunicação comunitária no território sisaleiro”, comenta Klaus Minhuber, coordenador do Programa de Comunicação do MOC.

Por João Paulo Cerqueira

Jovens discutem Políticas Públicas

“Vejo na TV, o que falam sobre os jovens não é sério, os jovens do Brasil não são levados a sério”.

O verso acima, que critica a abordagem da grande mídia ao falar de juventude, ganha mais força com exemplos concretos de organização e participação social da juventude. Um grande exemplo são os Coletivos de Jovens presentes em 22 municípios das regiões do Sisal, Bacia do Jacuípe e Feira de Santana.

Os coletivos municipais vêm discutindo de forma sistemática formas de intervenção política de convivência com o semi-árido em fóruns formados por uma coordenação regional de jovens que, além de discutir, têm o papel fundamental de multiplicar não só as estratégias, mas sim as ações que proporcionarão essa melhoria de vida sustentável.

A secretária de jovens do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Valente, Juvanda dos Santos, comenta que os jovens têm adquirido maior consciência crítica. “Atualmente estes jovens vêm tendo uma visão diferente da que tinham antes de entrarem no grupo. Hoje estão mais politizados e sabem de sua importância para as comunidades”, relata Juvanda.

Estes grupos de jovens rurais, que contam com a assessoria da equipe de Políticas Públicas do MOC, fizeram de 2005 um ano de muitas lutas, arregaçaram as mangas e foram atrás de seus direitos, sugerindo e cobrando Políticas Públicas voltadas para o segmento juvenil.

No município de Conceição do Coité o Coletivo de Jovens, em parceria com outros segmentos sociais, desenvolveu uma ação mais concreta. Com a realização de seminários e sessões especiais na Câmara de Vereadores, o coletivo construiu uma proposta de lei para a criação do Conselho Municipal da Juventude e encaminhou-a ao Poder Executivo para que possa ser apresentado ao Legislativo e votado.

Mas não pára por aí, não! No município de Candeal, localizado na Bacia do Jacuípe, os jovens do Coletivo Municipal, juntamente com a comunidade, conseguiram colocar no Plano Plurianual (PPA), entre outras propostas, a construção de quadra poliesportiva, do Centro Cultural, bem como a implantação do Conselho Municipal de Juventude. São muitos os anseios e desafios dessa juventude do semi-árido, mas ainda há muita estrada pela frente.

Por Luiz Paulo